

Entre a malandragem e a sobrevivência: breves considerações sobre os “capoeiras”

Anna Luiza de Moura Saldanha*

Este artigo pretende apresentar, de uma forma sucinta, uma revisão bibliográfica do tema “capoeira” e analisar de que forma os capoeiras se inseriam na sociedade em que viviam, como era essa sociedade e quais seus objetivos quando praticavam a dança-luta. Nota-se que há uma vasta historiografia sobre a capoeira carioca e baiana, por terem sido as cidades de Salvador e Rio de Janeiro os maiores focos da capoeira, porém, é difícil encontrar alguma obra acadêmica que tenha aprofundado esse estudo. Há análises feitas sobre a capoeira e os capoeiras dentro de temas mais amplos, como escravidão urbana ou resistência, como veremos mais adiante.

O período analisado tem como marcos temporais: 1850 Promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, quando há o fim do tráfico de escravos e o começo da trajetória definitiva de declínio do próprio sistema escravista, e 1890, quando há a proibição oficial da capoeira no Brasil, através do novo Código Penal da República, transformando a capoeira de delito ou contravenção em crime. A prática da capoeira, muito embora já fosse objeto de censura, não

figurou como delito específico no Código Criminal do Império de 1830.

Nesse período, a sociedade brasileira passava por profundas mudanças estruturais. Uma das principais mudanças ocorreu nas migrações internas e externas e no adensamento de populações nas grandes cidades. Tal adensamento desorganizou a cidade, que não estava preparada em sua infra-estrutura para receber um grande contingente populacional, e, assim, “as cidades cresceram na multiplicação da pobreza, das precárias condições de vida, e principalmente na diversidade de tipos étnicos e sociais que compunham as chamadas camadas populares”¹.

O aumento da população urbana provocou a formação de várias organizações sociais entre a população de baixa renda, comunidades que viviam no mundo subterrâneo da cidade longe dos olhos do Império, integrando-se em redes de solidariedade, onde escravos e ex-escravos, livres ou libertos recompunham noções de pertencimento que haviam se desintegrado nas senzalas. Entre estas organizações estavam as *maltas* de capoeira cario-

cas, que, num misto de identidade, per-tencimento, resistência e sobrevivên-cia, marcavam fortemente o cenário urbano, sendo parte integrante da “cultura popular” de rua de então. Para conceituar a ‘cultura popular’ feita por esses indivíduos, nada melhor que esta passagem encontrada na introdução de *Os Cativos e os Homens de Bem*, do professor Paulo Moreira:

Os costumes desses agentes noção que, segundo Thompson, aproxima-se da de Cultura devem ser analisados dentro de contextos históricos específicos, para que se possa entender a sua “racionalidade” (legitimidades, expectativas). Dentro de um jogo de relações sociais, numa arena de exploração e resistência, enfrentamentos e negociações, de elaboração e reelaboração de aliados, é que se pode entender o significado dessas práticas sociais para os diferentes grupos envolvidos.²

Para uma melhor compreensão do tema a ser trabalhado, houve a neces-sidade de apresentar uma revisão histo-riográfica sobre a capoeira, os traba-lhos acadêmicos e não-acadêmicos, para, logo após, entrar no tema de fato.

O grande pilar bibliográfico deste trabalho é, sem dúvida, a obra do pro-

fessor Carlos Eugênio Líbano Soares, que se divide em dois livros onde o tema “capoeira” é estudado em sua profundidade e especificidade: *A negregada instituição os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*, e “*A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*”. Nestas pesquisas, Líbano utiliza a vasta docu-mentação referente à capoeira carioca, por ter sido ela o grande temor da elite conservadora da época imperial.

O primeiro livro trata, entre mui-tos aspectos, da capoeira com suas mal-tas e sua geografia específica, trans-cendendo o conceito de capoeira como luta negra de resistência para dar espa-ço à ampla rede de relações sociais pre-sente nos interstícios da cidade do Rio de Janeiro. O autor também analisa a participação dos capoeiras na vida polí-tico-eleitoral, além da troca cultural intensa entra os diferentes grupos étni-cos que participavam das maltas. O segundo livro analisa o período imedi-atamente anterior. Nesta obra, Líbano dá ênfase às origens da capoeira, sua etimologia, às origens étnicas de seus praticantes e à participação dos capoe-iras na corte de D. João, seja na Mari-nha ou nos movimentos políticos de rua.

É a partir de Líbano que se tem uma análise historiográfica inicial

sobre a capoeira. Segundo ele, podemos dividir a historiografia em três blocos: os cronistas, os folcloristas e os acadêmicos ou a nova historiografia, nas palavras do autor.

O primeiro bloco dos cronistas é dividido entre aqueles denunciavam a capoeira e os que buscavam um “resgate” cultural, sobretudo após 1890, data da proibição da prática. Plácido de Abreu é pioneiro entre os cronistas com sua obra de 1886, denominada *Os capoeiras*. “Esse breve trabalho guarda recordações de uma capoeira temida como arma de rua do negro e do pobre urbano”³, tendo a vertente da denúncia como norte do livro.

Alexandre Melo Moraes Filho⁴ também foi pioneiro em sua obra, pois foi o primeiro que trouxe a idéia de “luta nacional” ou “ginástica nacional” à capoeira. A partir de Mello Moraes é que a temática passou a vir com tom de resgate, o que iria ser seguido pela maioria dos literatos e acadêmicos. Os escritos sobre a capoeira transformaram-se e realçaram suas qualidades de defesa e ginástica. Diversos literatos passaram a ter a capoeira entre seus personagens. Aluísio de Azevedo⁵, Machado de Assis⁶, Manuel Antonio de Almeida⁷ são alguns dos autores que tinham por missão tirar a capoeira da marginalidade.

O segundo bloco, o dos folcloristas, fugiu da tentativa do resgate pela “ginástica” para entrar no das “manifestações negras” ou “populares”. O primeiro desses autores é Manuel Querino, que deu ênfase à capoeira baiana, em vez da carioca. Segundo Libano, é a partir de Querino que o mito da capoeira baiana tomou o país.

O fato de as cidades nordestinas como Recife e Salvador não terem sofrido um processo de perseguição policial, como aconteceu no Rio, transformou esses centros urbanos em santuários da capoeiragem antiga. Sua hegemonia no século que se abria tem nisso uma das explicações.⁸

Além de Querino, Edison Carneiro⁹ e Luis da Câmara Cascudo¹⁰ tratam da capoeira como folclore nacional, visão que iria tomar conta dos livros após 1930, quando da descriminalização da capoeira e da valorização da cultura negra como genuinamente brasileira.

Dentro da linha do folclore podem-se inserir os livros escritos pelos próprios mestres de capoeira. Destacam-se a obra de Vicente Ferreira Pastinha, o Mestre Pastinha, intitulada *Capoeira Angola*¹¹, e a do Mestre Noronha¹², resgatada por Daniel Coutinho, por serem estas fontes primárias para o estudo da luta.

A partir do centenário da Abolição, as ciências humanas vão dar maior destaque aos estudos afro-brasileiros e à capoeira. Entramos, com isso, no terceiro bloco da historiografia. Geralmente, a temática da capoeira vem acooplado com temas mais amplos, como o da resistência ou da escravidão urbana. Este último é o caso, de duas das principais obras sobre a escravidão no Rio de Janeiro: a tese de Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*,¹³ traz um estudo cheio de informações sobre a capoeira carioca, desde sua origem até o seu caráter lúdico, passando pela análise das imagens de Rugendas e pela documentação policial. A outra obra é a de Thomas Holloway sobre a polícia no Rio de Janeiro¹⁴. Ele analisa os processos criminais, onde “teria que inevitavelmente esbarrar com a sombra dos capoeiras”¹⁵. Outras teses referem-se ao embate dos dois estilos de capoeira: Angola e Regional. Luis Renato Vieira¹⁶ e Leticia Vidor Reis¹⁷ seguem essa linha para defender o seu mestrado, sendo que o primeiro a analisa na década de 1930, e a segunda, a partir de 1960.

Esta sucinta análise bibliográfica torna um pouco mais fácil enxergar a capoeira em seus espaços temporal e físico, ao mesmo tempo em que mostra

o quanto esse campo de estudo ainda não foi explorado.

As “maltas” e o cenário social dos capoeiras

Na segunda metade do séc. XIX, a capoeira já era uma presença marcante entre a população trabalhadora urbana, que reunia escravos e livres, brasileiros e imigrantes, jovens e adultos, negros e brancos. Sua tradição rebelde, desde a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, já se tornara uma dor de cabeça para a elite imperial e seus órgãos de repressão. O declínio da agricultura e a expansão da cidade geraram o aumento da circulação de escravos, tornando-se isso um “problema inevitável”¹⁸ com o qual as autoridades passaram a se preocupar. O temor social que essa camada da população causava nas classes média e alta era maximizado, neste momento, pela união dessa população com as outras camadas pobres, promovendo a troca social e cultural entre elas. A figura típica do capoeira iria se tornar símbolo deste momento.

Dentro da cidade, a capoeira perdeu seu conceito inicial e vago de resistência ao trabalho escravo para ampliar seu raio de ação. Os capoeiras agora eram forjadores de uma nova identidade popular, estabeleciam seus territó-

rios, marcados por laços de parentesco ou de expressões culturais. As maltas eram a unidade da atuação dos praticantes da luta. Elas ficaram famosas pela destreza e a malandragem de seus integrantes, que conheciam os quatro cantos da cidade, fazendo arruaças e motins. A formação das maltas no Rio de Janeiro contava com escravos e homens livres, e pode ser interpretada como um chamariz dos segmentos sociais excluídos por uma noção de pertencimento; nelas podiam recompor desde o sentido de família até sua participação dentro da política da época.

A forte presença deles nos conflitos urbanos fez com que tivessem uma estranha relação com o poder.

Na realidade, ao mesmo tempo em que enfrentava o aparato policial e a ordem escravista, a capoeira participava ativamente das lutas políticas dentro dos grupos dominantes, como capangas de senhores da Corte, e mesmo incorporava termos e trejeitos do vocabulário pedante dos juizes e doutores da política da época.¹⁹

A capoeira ganhou grande importância política quando seus praticantes, individualmente ou nas “maltas”, inserira-se nos conflitos político-partidários da Corte, na segunda metade do século XIX. Atuando individual-

mente como capangas políticos, os capoeiras andavam em uma linha tênue entre a resistência e a sobrevivência; atuando nas “maltas”, eram vistos como “exército das ruas”, oferecendo terror ao partido político rival e à classe média moradora da cidade

Em um artigo sobre o tema, Assis Cintra distingue entre os capoeiras profissionais e os amadores. Os profissionais são definidos como capangas políticos, que viviam às custas dos cabos eleitorais ou como desordeiros e ladrões, que atacavam os transeuntes. Os amadores eram meninos bonitos avaletoados, filhos de gente rica e importante, ou mesmo rapazes de boa família, que praticavam e aprendiam a capoeira por simples esporte [...] É certo, porém, que os capoeiras profissionais alvo principal da repressão formaram desde sua origem verdadeiras organizações de escravos e libertos, com uma dupla face a um tempo ameaçadora e instrumental para a elite branca do Rio de Janeiro.²⁰

As maltas mais famosas por esse tipo de prática foram os *Nagoas* e os *Guaiamuns*. Segundo Líbano, as duas maltas agregaram, nos últimos 15 anos do século XIX, as antigas maltas, que dividiam em muitas partes a geografia do Rio de Janeiro. Os cronistas da época relatavam que uma era liga-

da ao Partido Conservador e a outra ao Partido Liberal. Apadrinhados pelos políticos, os capoeiras gozavam a impunidade de seus delitos. Porém, quando liberais e conservadores se uniam, as maltas sofria uma repressão cada vez mais forte e constante.

O fim da Guerra do Paraguai em 1870 trouxe maior mobilidade para os capoeiras. O recrutamento “obrigatório” dos Voluntários da Pátria e as promessas de liberdade aos escravos-soldados fizeram com que muitos capoeiras fossem sentar praça. O retorno prestigioso dos “heróis” da guerra fez com que eles retomassem o poder das ruas. A elite monárquica agora apoiava tais “heróis”, o que fez com que os capoeiras ressurgissem intensamente, provocando pânico às donas-de-casa e entusiasmo à classe política dominante. A partir desse momento, a malta “Flor da Gente” iria se tornar o símbolo da violência política conservadora.

Os capoeiras que retornaram da Guerra do Paraguai lutavam mais ferozmente pelos direitos adquiridos na Guerra e por maior participação política, fato que perdurou até 1890 em várias nuances, ora conservadora, ora liberal, ora republicana, ora monarquista, ora autônoma. Digo autônoma porque a guerra criou uma

consciência inconformista nos soldados negros, impondo-lhes novo *status* na ordem social. Eles formaram então, o Partido Capoeira, durante a conjuntura política de 1880, não sendo uma instituição oficial, mas uma forma de fazer política nas ruas, ligada a uma forma de identidade, livre de qualquer padrinho e construtora de relações com a política dominante.

Envolveram-se também com a campanha abolicionista e a Guarda Negra, que tinha por função proteger a Princesa Isabel e impedir a propaganda republicana. Esta foi outra linha de conflito em que os capoeiras eram agentes sociais ativos, demonstrando sua politização perante o cenário político do Rio de Janeiro e da sociedade brasileira.

Após o Golpe Militar de 1889, o regime republicano, baseado no militarismo e no autoritarismo, fechou o cerco aos capoeiras. Através do Código Penal, citado acima, o chefe de polícia Sampaio Ferraz, que antes de ser nomeado caçou capoeiras como promotor público, tinha carta branca de Deodoro da Fonseca para acabar de vez com a capoeiragem carioca, isolando seus integrantes de seus clientes e deportando-os para Fernando de Noronha.

Considerações finais

Podemos notar, ao longo do texto, o panorama social no qual os capoeiras estavam inseridos, ou melhor, inseriram-se. Profundas mudanças estruturais aconteciam na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX; era época de questionamentos e lutas sangrentas pelo poder.

A capoeira, com suas maltas, inseriria-se nesse contexto como centro agregador e construtor de laços de solidariedade entre os seus praticantes e laços políticos com a classe dirigente do país. Em permanente conflito entre a malandragem e a sobrevivência nas ruas, esses agentes iam forjando sua inclusão e sua participação social.

A historiografia tradicional mostra a capangagem e os conflitos político-partidários nos quais os capoeiras estavam envolvidos, como estes seriam manipulados para fins eleitoreiros em troca de benefícios individuais. Ao analisar a participação dos capoeiras na vida política da cidade, percebe-se que eles exerciam seu papel como uma opção política, dentro de suas peculiaridades culturais e de uma ânsia de participação nas decisões eleitorais.

Após a Guerra do Paraguai, temos essa visão mais clara. Os soldados voltam mais conscientes de seu poder de

decisão e colocam em prática essa visão na política das ruas: a formação do Partido Capoeira demonstra que eles estavam dispostos a jogar em igualdade de poder com a elite dirigente. Mesmo a participação dos capoeiras nos partidos das elites e na Guarda Negra demonstra o pensamento político desse segmento. Paulo Moreira conceitua o “projeto dos escravos” como ações com algum objetivo predeterminado, que foi elaborado em função das experiências socioculturais em que estavam imersos, sendo sua eficácia dependente de um jogo permanente de mudanças de estratégia.²¹

Não podemos atribuir somente aos capoeiras cariocas deste período analisado tal especificidade de luta e de relação com o poder. A capoeira em qualquer momento é filha de seu tempo e sempre fez parte do cotidiano tanto das camadas populares como dos dirigentes da política. Tal o foi dentro das senzalas, foi na cidade, como analisamos, e foi em 1930/40 período não analisado neste artigo, época em que a capoeira foi liberada pelo então presidente Getúlio Vargas em seu projeto nacionalista, e o é hoje, quando se insere dentro do sistema de mercado, quando o praticante se profissionaliza e vende as aulas de capoeira.

Referências bibliográficas

AREIAS, Almir. *O que é capoeira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *Construção da Ordem: a elite política imperial; teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. *Cidade febril – cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DAMATTA, Roberto. *Carnaval, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DIAS Luis Sergio. *Capoeira, morte e vida no Rio de Janeiro*. Revista do Brasil nº 4: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1985.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KARASCH, MARY. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808/1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LÍBANO SOARES, Carlos Eugenio. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SMC, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.

LÍBANO SOARES, Carlos Eugenio. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

MOREIRA, Paulo Roberto S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto S. *entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Dissertação de mestrado.

WISSEBACH, Maria Cristina. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In: NOVAIS, Fernando. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Notas

- * Pós-graduanda em História Africana e Afro-Brasileira pela FAPA – Faculdades Porto-Alegrenses.
- 1 Wissembach, 1998, p. 91
 - 2 Moreira, 2003, p. 21, citando Thompson, E. P. *Costumbres em común*. Barcelona: Crítica, 1995, p. 17-22.
 - 3 Líbano Soares, 1994, p.9.
 - 4 Moraes Filho, Alexandre M. *Festas e tradições populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Technoprint, s.d.
 - 5 Azevedo, Aluísio. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Technoprint, s.d.
 - 6 Assis, Machado. *Crônicas: 1878-1888*. Rio de Janeiro: W. M., 1944.
 - 7 Almeida, Manuel Antonio. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: Technoprint, s.d.
 - 8 Líbano Soares, 1994, p. 13.
 - 9 Carneiro, Edison. *O jogo da capoeira*. *Jornal do Comercio*, 11 de jul 1965; *Negros Bantos: notas de etnografia religiosa e folclore*. Rio de Janeiro, 1937; entre outros
 - 10 Cascudo, Luis da Câmara. *Folclore do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.
 - 11 Mestre Pastinha. *Capoeira Angola*. Salvador: FCEB, 1988
 - 12 Coutinho, Daniel. *O ABC da Capoeira Angola: os manuscritos do mestre Noronha*. Brasília: Centro de Informação e Documentação da Capoeira, 1993.
 - 13 Karasch, 2000.
 - 14 Holloway, 1997.
 - 15 Líbano Soares, 2002, p. 66.
 - 16 Vieira, Luis Renato. *Da vadiagem à capoeira Regional: uma interpretação da modernização cultural no Brasil*. Brasília: UNB, 1993. Dissertação de mestrado.
 - 17 Reis, Leticia V. S. *Negros e brancos no jogo da capoeira: a reinvenção da tradição*. São Paulo: USP, 1993. dissertação de mestrado.
 - 18 Dias, 1985, p. 109.
 - 19 Líbano Soares, 2002, p. 17.
 - 20 Boris Fausto, p.36 citando artigo de Assis Cintra, em *A Gazeta*, 1.3.1948.